



CINA

Ben gála

namquin

ouacheu

guanci

chi quiao

Suriao

Cantao

Cochin China

Pegu

liao

Cambodia

Ysla del Luzon

Filipinas

Sama

Borneo

Archipelago de S. lazaro

Gilolo

Selebes

Japua

IAVA

Iauam-ejar

A Inserção das Filipinas na Ásia Oriental (1565-1593)

MANEL OLLÉ I RODRIGUEZ*

O ambiente regional, complexo e dinâmico, que define as coordenadas da evolução da Ásia Oriental durante as primeiras décadas de presença hispânica nas Filipinas, condicionou e configurou, em parte, o desenvolvimento inicial do modelo colonial filipino e da sua projecção exterior. Todos os indícios dos documentos da época corroboram a percepção do período e da zona da Ásia Oriental, que Denys Lombard nos oferece neste excerto:

“Os primeiros ibéricos chegavam a um mundo aparentemente muito favorável aos seus empreendimentos: renovação geral da intensidade comercial marítima, florescimento de diversas ‘comunidades mercantis’, [...] cosmopolitismo urbano...”¹

Este ambiente regional asiático oriental pode ser constatado no conceito de “mediterrâneo do mar da China”, que aparece esboçado de forma sugestiva nesta citação de citações, do espanhol especialista em estudos da história do Japão, estabelecido em Osaka, José Luís Taladriz:

“O Padre José de Acosta S. J. observa na sua *Historia*

* Natural de Barcelona, 1962. Realizou os seus estudos na Universidade de Barcelona, na Universidade Pompeu Fabra e na Universidade de Nanjing. Doutorado em História, professor de História da Ásia Oriental na Universidade Pompeu Fabra (Barcelona), especializou-se em estudos sobre as relações da colónia espanhola das Filipinas com a China e Macau assim como sobre as percepções espanholas da China durante os séculos XVI e XVII. Publicou *La invención de China. Percepciones y estrategias filipinas respecto a China en el siglo XVI*.

*Born in Barcelona, 1962. Ollé studied at the University of Barcelona, at Pompeu Fabra University (Barcelona) and at Nanjing University. A specialist in relations between the Spanish colony of the Philippines and China and Macao, as well as in 16th and 17th century Spanish perceptions of China, he holds a doctorate in History and lectures in East Asian History at Pompeu Fabra University. Author of *La invención de China. Percepciones y estrategias filipinas respecto a China en el siglo XVI*.*

Página anterior: Carta do Sudeste Asiático do cartógrafo português António Sanches, 1641.

Natural y Moral das Índias (1590): ‘Não há até agora no Novo Mundo um Mar Mediterrâneo, como o têm a Europa, Ásia, África...’ Palavras que Fernand Braudel acentua através do seu admirável livro, *La méditerranée... à l’époque de Philippe II*. Quiçá poderia ver-se um “mediterrâneo asiático” circundado pela península da Coreia, Japão, China, Indochina, Malaca, Indonésia, Molucas e Filipinas. Enquanto que o mediterrâneo clássico tem por eixo um paralelo, no “mediterrâneo asiático”, quase vertical, pode considerar-se um meridiano, quase coincidente com a problemática de demarcação das respectivas esferas de influência da Espanha e de Portugal”.

²

De entre esta rede de cenários deste “mediterrâneo asiático” interessa-nos aqui destacar a projecção hispânica nos sultanatos islâmicos do Sudeste Asiático (em especial, o Bornéu e as ilhas Molucas), a China, o Japão e os enclaves portugueses do Extremo Oriente. Não podemos esquecer que, no momento da chegada dos Espanhóis, diversas populações costeiras das ilhas Filipinas albergavam já comunidades mercantis estáveis de etnias e nações diversas. As Filipinas pré-hispânicas estavam ligadas a redes comerciais do Sudeste Asiático através de sultanatos islâmicos que estavam, por sua vez, comercialmente ligados com as costas chinesas e japonesas. Desde a chegada da expedição de Miguel López de Legazpi, em 1565, que se documenta no arquipélago filipino a presença directa – anterior à chegada dos Espanhóis – de comerciantes sazonais,³ procedentes da província chinesa de Fujian, e de grupos de chineses da mesma província já estabelecidos em Manila. Em alguns casos trata-se de emigrantes chineses procedentes do Japão, onde tinham entrado já em contacto com os jesuítas portugueses estabelecidos na ilha meridional do Japão, Kyushu, lugar do qual procediam também barcos de comerciantes japoneses

RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

que, em alguns casos, se tinham estabelecido também em pequenas comunidades nas costas de Luzon.⁴

O primeiro cenário de inserção da colonização espanhola que deve ser considerado é, evidentemente, o das próprias ilhas Filipinas. A economia local filipina pré-hispânica era fundamentalmente de subsistência, baseada em métodos tradicionais de cultivo de arroz. As ilhas Filipinas eram incapazes de gerar, por si mesmas, a curto prazo e sem profundas transformações estruturais, aquele excedente económico que os Castelhanos queriam controlar. Não tinham nem o ouro do México, nem a prata do Peru, nem as sedas da China, nem as especiarias das ilhas Molucas.⁵ Embora a terra fosse fértil, não apresentava um modo de exploração agrícola favorável à imediata cobrança fiscal e à geração de produção e benefícios excedentes, pois tinha uma população nativa dispersa e esquiva, de muito difícil “fixação” em povoados que facilitassem a tributação e a exploração agrária excedentária.⁶

Neste ambiente de escassa margem comercial e fiscal, a potencialidade da interação comercial com as comunidades mercantis exteriores, que se acercavam das ilhas Filipinas, revelou-se a via primordial de sobrevivência e de relativa rentabilização colonial para os Espanhóis das Filipinas, que desembocaria na rápida consolidação da rota marítima comercial do Galeão de Manila e que criaria a dualidade característica do modelo colonial filipino, com o progressivo controlo do território insular, por parte das ordens religiosas, por um lado, e com o florescimento da metrópole mercantil de Manila, exposta ao comércio da rota do Galeão e convertida numa cidade chinesa com uma elite dirigente castelhana, por outro.

CONTACTOS COM O BORNÉU

Em 1565, no momento da invasão espanhola das ilhas Filipinas, encontramos testemunhos da presença de produtos de origem chinesa, que chegam a Luzon e à zona central do arquipélago (Cebu, Bohol...) através do mar de Sulu numa ligação comercial – anterior também à invasão espanhola da zona – do círculo de Luzon com as rotas comerciais do Bornéu, principalmente através dos sultanatos islâmicos do Brunei e de Manila.⁷ Os comerciantes do Bornéu actuavam como agentes de um centro de redistribuição e de difusão, na zona filipina, dos produtos chineses que obtinham através do comércio com os grandes

juncos chineses, que chegavam directamente àquela ilha.⁸

Na ilha de Bohol, situada na zona central do arquipélago filipino, Miguel López de Legazpi encontrou uma frota de barcos de mercadores do Bornéu, que testemunham a presença de um comércio chinês na zona, anterior à chegada dos Espanhóis, assim como informações sobre o tipo de mercadorias procedentes do comércio dos grandes juncos da China e os mecanismos de mediação comercial utilizados pelos comerciantes do Bornéu que negociavam estas mercadorias chinesas em Luzon para as introduzirem em mercados insulares, de navegação mais recôndita e de baixo calado, pelo que eram identificados como “juncos chineses”. Encontramos um testemunho deste circuito comercial na *Relación dos acontecimientos del viaje e jornada que hizo a armada de SM. al mando del General Miguel López de Legazpi no descubrimiento das ilhas del Poniente*, datada do mês de Maio de 1565:

“Os mouros disseram que do Bornéu traziam ferro estanho, e que isto se traz da China, porcelanas, sinos de cobre regionais, benjoim,⁹ mantas pintadas da Índia, frigideiras, panelas de ferro temperado, o qual é um ferro tão fácil de quebrar como o vidro [...]. Este mouro informou o General de que estavam em Botuan dois juncos de Luzon, revendendo ouro, cera e escravos, e que o que eles trazem é quase o mesmo que os borneos e que tudo são produtos da China; e que, como o que trazem são coisas da China, chamam nestas ilhas juncos chineses aos do Bornéu, e de Luzon, e eles também se nomeiam chineses entre os destas ilhas, mas, na verdade, não chegam aqui juncos chineses, porque são navios muito grandes e não conseguem navegar entre estas ilhas; e que vão todos os anos a Bornéu e Luzon, onde compram a estes chineses o que trazem para estas ilhas. Assinalou que a ilha de Luzon está mais ao norte que o Bornéu, e disse que os borneos não entram em Botuan porque estão relacionados com certa guerra e mortes que os do Bornéu fizeram em anos passados naquele porto”.¹⁰

Sobre esta ligação entre a zona do Bornéu e a das Filipinas, através do mar de Sulu, já nos tempos da primeira invasão espanhola das Filipinas, encontramos também um curioso e interessantíssimo documento português, datado do ano de 1566, apenas uns meses depois da chegada a Cebu da expedição de

IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

André de Urdañeta e Miguel López de Legazpi, escrito em Malaca pelo jesuíta Melchior Carneiro, que se mudou dois anos mais tarde para Macau, onde chegaria a ser o primeiro Bispo da China e do Japão.¹¹ Na carta dirigida ao então Superior Geral da Companhia de Jesus, o valenciano Francisco de Borja, Melchior Carneiro comunica a preocupação com que os Portugueses de Malaca receberam a notícia da chegada à zona de uma expedição castelhana. Trata-se, possivelmente, de um dos primeiros documentos que permitem saber como viram e receberam os Portugueses esta intrusão no seu território. São especialmente relevantes as notícias sobre as alianças estabelecidas pelo capitão “da Gasca” (quer dizer, Legazpi) com os muçulmanos do Bornéu, assim como o testemunho da percepção, breve e geral, dos benefícios obtidos pelos Portugueses em cada um dos circuitos da Ásia Oriental, onde tinham uma presença comercial activa. Melchior Carneiro prognostica, a partir desta invasão castelhana na área, um período de confrontos luso-castelhanos que podia prejudicar seriamente a empresa missionária jesuíta:

“Estando a escrever esta carta, chegou a este porto uma fusta¹² de um Capitão-mor¹³ que vai socorrer Moluco, o qual manda novas ao Vice-rei da Índia sobre a partida, da Nova Espanha, de quatro naus de Castelhanos para estas partes, os quais vieram fazer uma fortaleza numa ilha chamada Mindanao, que está a dez graus para o norte, junto das ilhas do cravo.¹⁴ Distará delas 150 léguas. O General desta gente chama-se da Gasca,¹⁵ intitula-se General de todo este Ocidente, e está já tão associado com algumas ilhas daquele arquipélago, que chegando o capitão-mor dos Portugueses a uma ilha, chamada Bornéu, não lhe quiseram dar mantimentos por estarem já aliados aos Castelhanos. As novas que esta fusta mais traz, são que o Capitão-mor dos Portugueses, deixando a empresa que levava, ou atrasando-a, vai dirigir-se àquela gente, por estarem dentro da zona dos portugueses,¹⁶ com a determinação de os expulsar dali.¹⁷ Nesta altura já terá chegado porque do Bornéu, de onde estou a sair, até Mindanao, onde eles estão, a distância é de 60 léguas.¹⁸ Estamos aqui em dúvida se aquela gente será mandada por El-Rei Filipe ou pelo Vice-rei da Nova Espanha.¹⁹ E porque eu temo que se comecem a urdir, a partir daqui, grandes desventuras e guerras entre Portugal e Castela, o que seria um grande escândalo para toda a Cristandade,

pareceu-me bem avisar a Vossa Paternidade disto, por me parecer que nenhum serviço pode agora fazer a Deus N. S. maior, do que fazer com que Sua Santidade queira averiguar, recorrendo a cosmógrafos, estas demarcações entre estes príncipes, para haver paz perpétua entre eles, sobre a qual tenho enormes dúvidas, enquanto isto não se averiguar. E, se começar, durará muitos anos, porque o poder que nestas partes têm os Portugueses é muito grande, e hão-de deixar de má vontade o cravo de Maluco e a prata do Japão e as riquezas da China, as drogas de Sunda e Banda, porque interessa o dinheiro envolvido que ronda um conto e meio de ouro”.²⁰

Conhecedores do papel destacado dos sultanatos do Bornéu nas rotas comerciais regionais, os Espanhóis das Filipinas imediatamente puseram o Bornéu no ponto de mira das suas acções expansionistas e de controlo da zona. Assim, o governador interino Guido de Lavezares propôs à coroa em cartas iguais, datadas respectivamente de 17 e de 30 de Julho de 1574, que se empreendesse uma acção militar que permitiria o estabelecimento de uma colónia orientada para o comércio na ilha do Bornéu.²¹

Contudo, foi o seu sucessor no cargo, Francisco de Sande, quem levou a cabo esta empresa, entre Março e Maio de 1578, com umas centenas de Espanhóis e mais de um milhar de indígenas de Visayas.²² O pretexto da acção militar era apoiar um irmão do mandatário reinante, citado em fontes hispânicas como Sirela, que pretendia ter sido deposto por seu irmão e se oferecia para reconhecer Filipe II, a troco de que o pusessem de novo no trono.²³ O objectivo de Francisco de Sande era, teoricamente, o de obter a amizade do sultão do Bornéu e pregar ali a lei cristã,²⁴ mas, a médio prazo, o objectivo era o de obter o controlo da praça e evitar uma aliança entre o Bornéu e o sultanato islâmico de Achém, situado ao norte da ilha de Sumatra e, tradicionalmente, hostil à colónia portuguesa de Malaca. O espírito de cruzada que alimentava esta luta contra o Islão asiático contemplava alarmado o perigo imediato da expansão na área dos sultanatos muçulmanos, os quais exerciam já uma belicosa resistência em Mindanao contra os Espanhóis das Filipinas.

A expedição de Francisco de Sande ao Bornéu foi um êxito militar. Sirela foi reposto no seu cargo, mas os membros da expedição espanhola foram atacados por fortes febres epidémicas. Um destacado

RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

membro da expedição, o agostinho Martín de Rada, que tinha estado na China como embaixador na província de Fujian, no ano de 1575, solicitou ao governador Francisco de Sande o regresso imediato da expedição a Manila. Durante a viagem de regresso, em Junho de 1578, Martín de Rada foi contagiado pela epidemia a bordo do barco e morreu, aos 45 anos de idade, sendo o seu corpo lançado ao mar.

AS ILHAS MOLUCAS (1565-1593)

As instruções reais promulgadas em 1564 pela Audiência da Nova Espanha, que englobavam a

*Conhecedores do papel
destacado dos sultanatos
do Bornéu nas rotas
comerciais regionais,
os Espanhóis das Filipinas
imediatamente puseram
o Bornéu no ponto de mira
das suas acções expansionistas
e de controlo da zona.*

conquista das ilhas Filipinas, apenas excluía, como possíveis futuras conquistas na área asiática, as ilhas Molucas, que se consideravam um espaço reservado aos portugueses. Os contactos directos e as iniciativas sobre as ilhas Molucas ficaram em suspenso até à subida do rei Filipe ao trono português, em 1581. A perda, em finais do ano de 1575, da presença portuguesa na ilha de Ternate, quando o capitão da praça teve que render-se à ocupação pelo rei Baab Ullah, debilitou, em grande medida, a força colonial portuguesa nas ilhas Molucas. Apenas se conservava plenamente o forte de Ambón. Em 1578, o máximo representante português na zona, Sancho de Vasconcelos, aceitou a oferta do rei da ilha de Tidore – tradicional inimigo dos reis da ilha de Ternate – para erigir um forte português na sua ilha, sem possibilidades de exercer maior influência do que a de manter o seu confronto com a ilha rival de Ternate. Os Portugueses viam-se, assim, envolvidos nas

limitações que lhes impunham as atávicas confrontações regionais, sem conseguir tirar proveito delas, dada a sua debilitada presença militar na zona. Foram frequentes as queixas dos governadores das praças portuguesas nas ilhas Molucas, frente à incapacidade da capital do “Estado da Índia” portuguesa em Goa, para lhes prestar a necessária ajuda militar.²⁵ Neste contexto de precariedade e de distanciamento da metrópole vice-reinal, os Espanhóis das Filipinas aproveitaram para retomar as suas velhas aspirações quanto às especiarias. Assim se produziu, nesta conjuntura, uma generalizada invasão das Filipinas e da Nova Espanha de planos e propostas de conquista das diferentes partes da Ásia Oriental, especialmente da China. Assim vemos, por exemplo, o papel destacado que atribui à conquista das ilhas Molucas o religioso agostinho Francisco Ortega, no conjunto de acções militares e missionárias que propôs, desde o fracassado projecto de embaixada real junto do imperador chinês, em 1581, que liderava juntamente com Juan González de Mendoza:

“E Nosso Senhor concedeu-lhe ser rei de Portugal, com os demais reinos e senhorios que Vossa Majestade tem [...] tomando Vossa Majestade por instrumento de tão santa obra e começando a dar sinais e prendas do prémio que Sua Majestade fez, faz e fará aumentando-lhes, nesta vida, os seus reinos e estados para que nesta terra reine para sempre. E dito isto, Sagrada Majestade, porque veio muita gente para as ilhas, poderá Vossa Majestade ordenar ao Governador que vá com gente tomar posse das ilhas Molucas, onde há a especiaria, como Vossa Majestade sabe, de onde, para além do serviço que a Deus se fará na conversão daqueles naturais e na conservação dos que forem cristãos (se alguns houver), a Real Fazenda de Sua Majestade será muito aumentada porque, só das ilhas Filipinas, quer dizer, das que até agora se descobriram, não o será muito, pelo contrário, cada dia se irão aumentando os gastos da Real Caixa de Vossa Majestade”.²⁶

Rapidamente o governador Gonzalo Ronquillo de Peñalosa começou a tomar medidas respeitantes à empresa das ilhas Molucas: durante os meses de Março e Abril de 1582, Francisco de Dueñas dirigiu uma primeira expedição castelhana às ilhas Molucas, principalmente para comunicar aos Portugueses da zona o acesso à coroa portuguesa do rei Filipe e também para reconhecer militarmente a situação. Em Setembro

IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA



Galeão do século XVI (Brueghel).

de 1582 partia, de Manila, a segunda expedição enviada às ilhas Molucas por Gonzalo Ronquillo de Peñalosa, dirigida por seu sobrinho Juan Ronquillo. A expedição tinha sido expressamente solicitada pelo capitão português da praça de Tidore, Diogo de Azambuja. E adquirira importantes dimensões: reunia por volta de mil e quinhentos filipinos de Cagayán e da Papanga, assim como trezentos Castelhanos. Embarcaram em três barcos de grandes dimensões e mais de cinquenta pequenas embarcações nativas. Ao chegar às ilhas Molucas, conseguiram o controlo da ilha de Mutiél. Chegadas a Ternate, entraram em combate com as defesas da cidade e venceram-nas sem dificuldade, mas uma epidemia que se propagou entre os soldados, e que chegou a afectar uma quarta parte dos contingentes enviados, impediu que chegasse a ser efectivo o controlo castelhano deste ponto chave na rota das especiarias perdido pelos Portugueses, em 1575. A expedição viu-

-se obrigada a voltar a Manila, em Abril de 1583, sem ter cumprido os seus objectivos.²⁷ Uma segunda expedição militar castelhana às ilhas Molucas verificou-se em Abril de 1584, conduzida por Pedro Sarmiento. Passados meses de infrutuosas tentativas de conquistar a praça de Ternate, a expedição voltou a Manila, em Novembro de 1584. A terceira expedição militar castelhana às ilhas Molucas foi dirigida por Juan de Morón,²⁸ que saiu de Manila, em Março de 1585, para regressar cinco meses mais tarde, sem ter conseguido o seu objectivo.²⁹

A quarta expedição militar castelhana às ilhas Molucas tinha dimensões muito maiores e teve lugar depois de uma cuidada preparação, no ano de 1593. O governador filipino decidiu dirigi-la pessoalmente. Todavia, em plena viagem, um grupo de remadores chineses amotinou-se e assassinou, no alto mar, o governador Gómez Pérez Dasmariñas, perto do Cabo

RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

Azufre, a bordo do barco que o conduzia a Cebu, onde o esperava o lugar-tenente Luis Pérez Dasmariñas com o grosso das tropas que tinham que empreender uma expedição de conquista a Ternate, nas ilhas Molucas. Este acontecimento acabou com as expectativas desta expedição e acabaria, durante anos, com as sucessivas tentativas de conquista das especiarias, levadas a cabo entre os anos de 1582 e 1593.³⁰

A EVOLUÇÃO DO IMPÉRIO CHINÊS

A evolução interna e dos modelos de interação com o exterior do Império Chinês tiveram influência decisiva na evolução do incipiente processo colonial filipino. Há que destacar, em primeiro lugar, um fenómeno de monetarização da economia que se desenvolveu na China, como um processo em larga escala temporal, especialmente durante o século XVI, e que, no momento da chegada dos Espanhóis à Ásia Oriental, se encontrava em pleno desenvolvimento. Entre os diversos factores que incidiram neste processo de monetarização encontra-se a progressiva “compra”, a troca da prata, dos impostos pagos ao Estado no âmbito do trabalho e serviços e da receita dos depósitos relativos aos cereais e outros produtos. A prata converteu-se progressivamente no metal precioso por excelência e o principal produto de recepção, no intercâmbio com o exterior. Esta dinâmica interior chinesa favoreceria o estabelecimento do formidável fluxo de prata mexicana para o continente chinês, que começou durante as últimas décadas do século XVI através do Galeão de Manila.

Durante a primeira metade do século XVI, a dinastia Ming tinha acentuado a sua talassofobia – abandono das actividades marítimas – como reacção ao recrudescimento da pirataria japonesa dos *wokou*.³¹ Estava proibido, na China, o comércio marítimo com o exterior, não canalizado através das restritivas embaixadas tributárias e estava também proibida a emigração. Trata-se da chamada política de *haijing*, literalmente “proibição do mar”.³² Não se pode subestimar, sem dúvida, o importante fluxo comercial secular que, mais ou menos associado à pirataria organizada, existia nas costas chinesas e no Sudeste Asiático, à margem da legalidade chinesa.

Diferentes factores fizeram com que, em 1567, durante o reinado do imperador Longqing (1567-1572), se aprovasse para a província de Fujian uma

política de parcial abertura comercial marítima que permitia a saída, em número limitado, dos juncos chineses, embora mantivesse uma restrição absoluta ao comércio com os japoneses. A nova política de abertura ao comércio em Fujian mantinha também severas restrições à entrada de estrangeiros em território chinês: as dificuldades e resistências institucionais, que encontraram os Espanhóis de Manila às diferentes tentativas de penetração no continente chinês e às diferentes iniciativas fracassadas de embaixadas e da intenção de obtenção de um enclave espanhol estável na costa chinesa, à semelhança do Macau português, assim o confirmam.³³ Esta impermeabilidade ideológica e institucional chinesa ao acesso directo estrangeiro ao continente explica, em parte, esta impossibilidade espanhola de acesso à China, mas cabe também atribuí-la à acção do sistema colonial português, que tinha um acesso restrito, mais antigo, ao continente chinês e que procurou boicotar todas as tentativas que pôde. Cabe ainda atribuí-lo à incapacidade das autoridades filipinas em adoptar políticas pragmáticas de adaptação aos padrões de interacção com o exterior do Império Chinês. A radical diversidade das pautas ideológicas etnocêntricas que subjazem às práticas de interacção com o exterior, de Chineses e Castelhanos, impôs-se como uma barreira de desencontro insolúvel em diversos momentos, por cima das pragmáticas estratégias mercantis regionais que, em troca, tornaram possível a interacção comercial entre os Chineses de Fujian e os Castelhanos, em território filipino, ou mesmo a aceitação de uma presença portuguesa estável em Macau. Os quiméricos planos de conquista da China, pelos Espanhóis das Filipinas, que se sucederam durante as três primeiras décadas da presença espanhola nas Filipinas, são uma boa mostra desta exportação de uma visão “antilhana” das Filipinas: quer dizer, como uma antecâmara da grande conquista continental.

Entre os factores que explicam o levantamento, em 1567, da proibição ao comércio marítimo no Fujian destacam-se a diminuição da pirataria japonesa e a pressão mercantilista das elites fujianenses. A vitalidade da expansão migratória e comercial da província de Fujian no circuito do Sudeste Asiático deve-se relacionar, por um lado, com a pressão demográfica provocada por um aumento da população, que não se verificava em correlação com a capacidade de

IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

crescimento económico e, sobretudo, com a capacidade de arroteamento de terras de uma província essencialmente montanhosa, necessitada de arroz procedente do exterior. Assim, a diáspora mercantil aliviava a pressão demográfica e, ao mesmo tempo, ao não romper os vínculos com as terras de origem, estabelecia canais eficazes de abastecimento de alimentos básicos e de enriquecimento económico que permitiam contornar as proibições oficiais. Por outro lado, estava o facto de que esta configuração agreste da província apenas tornava viáveis, por via marítima, as comunicações com as províncias chinesas vizinhas, facto que explica o grande desenvolvimento da navegação marítima na zona. A característica estruturação da extensa família chinesa permitia associar em grandes empresas de clãs, *gongsis*, grupos dispersos por toda a área do Sudeste Asiático, com ligações à metrópole do Fujian e nos diferentes portos de relevância mercantil (como a Manila castelhana ou, mais tarde, a Batávia holandesa...), em relações de simbiose e confiança que reduziavam custos no processo mercantil e tornavam possível um comércio marítimo em grande escala, que ligava o circuito do Índico com o mar da China.³⁴

É, pois, neste aspecto de abertura ao exterior marítimo que se explica a expansão mercantil e migratória chinesa – basicamente da província de Fujian – para Manila, que se encontra na base do desenvolvimento da rota comercial do Galeão de Manila. Este processo migratório e comercial foi favorecido pelas autoridades filipinas, mas insere-se num processo de diáspora mercantil muito mais amplo e que se estendeu por todo o Sudeste Asiático. Há que ter em conta que este fenómeno rapidamente superou as dimensões desejadas pelas autoridades filipinas.³⁵ Nem mesmo com as sucessivas e devastadoras limpezas étnicas de *sangleys*,³⁶ ou seja, de emigrantes chineses, realizadas, em Manila, durante o século XVII, depois dos sucessivos levantamentos no *Parian*, distrito manilense situado fora das muralhas em que se concentrava a maior parte da população chinesa, conseguiram as autoridades das Filipinas refrear o fluxo migratório, que ressurgia e se reproduzia poucos anos após cada extermínio.

Pelo que respeita à interacção dos Portugueses com a China, há que ter em conta que levavam seis décadas de vantagem sobre os Espanhóis e que traziam, no início do processo, o conhecimento prévio de uma

experiência de inserção mercantil nas rotas comerciais do Índico e do Sudeste Asiático, experiência que lhes seria finalmente de relativa utilidade, por causa da disparidade entre os modelos de interacção com o exterior, nestas áreas e na própria China. Nos circuitos do Sudeste Asiático e do Índico primavam os mecanismos mercantis de interacção acima das diferenças institucionais, étnicas, religiosas, etc. Neles existia já uma centenária tradição de presença activa de comunidades mercantis procedentes de circuitos longínquos que, em numerosas ocasiões, ocupavam posições de elite de poder em circuitos costeiros estratégicos (árabes, persas, arménios, chineses, etc.).

Esta flexibilidade e esta capacidade de absorção e de aceitação de comunidades mercantis estrangeiras, em tarefas de direcção ou de intermediação características da zona da Ásia marítima, explicam a facilidade com que os Portugueses se introduziram no circuito das rotas comerciais do Índico e do Sudeste Asiático e determinam os termos em que, de uma forma geral, se estabeleceu esta interacção. Embora a expansão colonial portuguesa asiática se orientasse numa direcção mais marítima e comercial do que territorial e tributária, apoiava-se também numa acção militar, geralmente restrita ao controlo das cidades e portos estratégicos, para o estabelecimento da Carreira da Índia nas suas diferentes rotas. Assim, por exemplo, as rivalidades entre os Portugueses de Malaca e os muçulmanos do sultanato de Achém – situado no extremo ocidental da ilha de Sumatra – pelo controlo, da rota das especiarias do Mar Vermelho, traduziram-se em diversos planos e tentativas portuguesas, concebidas durante os decénios de 1570 e 1580, de conquistar este sultanato muçulmano do Sudeste Asiático.³⁷ Anterior ao processo de abertura mercantil marítima do Fujian, na província de Guangdong, tinha sido encontrada uma fórmula pragmática para permitir a presença estável dos Portugueses em Macau, a partir de 1557. Ali, os Portugueses serviam de intermediários no comércio entre a China e o Japão.

INTERACÇÕES COM O JAPÃO

A diferença entre o que tinha acontecido nas relações com a China, durante as três primeiras décadas (1550-1580) da presença dos comerciantes portugueses e missionários jesuítas nas costas do sul do Japão, originou uma conjuntura institucional,

RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

económica, ideológica e política favorável à intensificação das interações e relações comerciais. A estrutura senhorial feudalizante do poder, no Japão, apresentava um ambiente familiar aos Portugueses de meados do século XVI, onde o processo de centralização do Estado estava em curso, mas convivendo com a persistência de estruturas culturais e de poder anteriores. Este ambiente japonês facilitava, além disso, as alianças locais, a supremacia dos interesses comerciais regionais ante as grandes estratégias políticas estatais. O contexto geopolítico de ruptura de relações e comunicações directas entre a China e o Japão também favoreceu a função intermediária dos Portugueses em relação a bens de que ambos precisavam, mas que não podiam fazer

radicalmente durante as duas últimas décadas do século XVI, sendo definido por um processo de fortalecimento das estruturas estatais e de forte centralização do poder nas mãos do governo imperial liderado por Hideyoshi Toyotomi, que mobilizou as dispersas e contraditórias forças dos *daimyos*³⁸ locais numa empresa de expansão territorial que teve, como primeiro episódio, o intento fracassado de conquista da Coreia, em 1593, concebido a modo de ensaio de um plano ambicioso de conquista da China.³⁹

As instruções que a Audiência da Nova Espanha entregou a Andrés de Urdañeta e Miguel López de Legazpi, em 1564, apontavam para a possibilidade de que a expedição, que devia cruzar o oceano Pacífico, alcançasse as ilhas do Japão. Já era conhecida,

A radical diversidade das pautas ideológicas etnocêntricas que subjazem às práticas de interação com o exterior, de Chineses e Castelhanos, impôs-se como uma barreira de desencontro insolúvel em diversos momentos...

intercâmbio de forma directa. Por outro lado, o Cristianismo pregado pelos jesuítas era, em boa medida, percebido pelos Japoneses como uma forma peculiar de Budismo. A precariedade dos conhecimentos linguísticos deixava para um segundo plano a dimensão doutrinal destacando, por oposição, o plano cerimonial e formal, onde podiam perceber-se analogias. Não nos esqueçamos, por outro lado, que tanto jesuítas como Portugueses tinham as suas bases de expansão asiática em Goa, na costa do subcontinente indiano, centro também de expansão do Budismo.

Com esta inicial fluidez das relações luso-nipónicas, nas costas da ilha meridional japonesa de Kyushu, contrastam os conflitos constantes, dificuldades e confusões que se sucedem durante as primeiras décadas de interação entre os Ibéricos e os Chineses. A progressiva compreensão, por parte dos Portugueses e Espanhóis, dos estritos e ritualizados modelos chineses de interação com os circuitos exteriores e o encontro de precárias estratégias viáveis de intercâmbio (a “fórmula Macau”, o comércio em Manila com os *sangleys*, etc.) seriam tarefas longas e difíceis, de desencontros e conflitos recorrentes.

O contexto histórico japonês mudaria

em Espanha, a notícia da chegada portuguesa ao Japão, mas diferentemente do caso das ilhas Molucas, as ilhas do Japão eram reclamadas como território pertencente à zona castelhana na interpretação cosmográfica do antimeridiano que definia, no circuito asiático, a partição do mundo pelo Tratado de Tordesilhas, de 1494.⁴⁰ Contudo, seriam escassas as iniciativas filipinas concretas de expansão para este território, se exceptuarmos as iniciativas de ordem missionária, que os franciscanos e dominicanos tentaram, para romper com o monopólio jesuíta na zona.

Desde os primeiros anos de presença nas Filipinas, os Espanhóis encontraram testemunhos da existência de relações comerciais entre barcos japoneses e os filipinos pré-hispânicos. Assim vemos como Miguel López de Legazpi justifica, numa carta a Filipe II, datada de 25 de Julho de 1570, o abandono de Cebu como enclave hispânico principal no arquipélago e a mudança para Manila, expondo a existência de comércio com chineses e japoneses:

“Estes mouros são de melhor contratação porque vêm tratar com eles da terra firme da China e dos Japoneses”.⁴¹

IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

Assim, desde 1570 tiveram oportunidade de estabelecer alguns contactos directos com barcos japoneses que se acercavam de Luzon ao encontrar, em Manila, uma pequena colónia estável de Japoneses. Dá-nos testemunho desta presença na carta que escrevera Martín de Goyti, em Luzon, no ano de 1570:

“Acabado de queimar o povoado, vinha logo o aguaceiro que os mouros aguardavam. Foi muito o que se perdeu no povoado, porque era grande e de muito negócio. Viviam lá 40 chineses casados e 20 japoneses; destes pereceram alguns antes de se ter iniciado a guerra, que vieram ver o Mestre de Campo ao navio e, entre eles, veio um japonês com um barrete de ‘teatino’⁴² posto, pelo qual se suspeitou que era cristão. Tendo-lhe sido perguntado se era, disse que sim, e que se chamava Paulo; adorou uma imagem, pediu um rosário, mas dizem que este era um dos artilheiros que os mouros tinham”.⁴³

Em princípios da década dos anos oitenta do século XVI há diversos testemunhos de incursões de corsários japoneses na costa norte de Luzon, em especial na zona de Cagayán. Em resposta a estas incursões, o Governador Gonzalo Ronquillo de Peñalosa enviou uma pequena frota militar, liderada pelo capitão Juan Pablo Carrión, à zona, para a “pacificar”, ou seja, submetê-la ao controlo colonizador e para expulsar da zona os visitantes japoneses.⁴⁴ Assim fica testemunhado nesta missiva de Gonzalo Ronquillo de Peñalosa, datada de 1 de Julho de 1582:

“... a qual armada que assim enviei deparou com dois dos navios do inimigo junto a Cagayán, ou um de japoneses e o outro de *sangleyes* e lutou com eles; aos quais deu, depois de ter pelejado bem, matando duzentos japoneses [...] prosseguiu seu caminho e entrou no rio de Cagayán onde ia a povoar e, à entrada do mesmo, encontrou outros seis navios de japoneses que venceu com quantidade de pessoas e fortificações ali [...]. Povoou uma parte que se tornou forte para poder defender-se a partir dali”.⁴⁵

Encontramos outro testemunho destas periódicas incursões dos corsários japoneses em Luzon na *Relação* que escrevera o jesuíta Alonso Sánchez – impulsor dos planos de conquista da China – depois da sua primeira viagem a Macau, em 1582. Quando lhe foi impedido, pelas autoridades chinesas, o seu regresso às Filipinas, teve a possibilidade de se dirigir ao Japão. Alonso Sánchez comenta, na seguinte passagem, o



Modelo de barco filipino utilizado no comércio inter ilhas.

carácter positivo desta oportunidade para os colonizadores espanhóis das Filipinas:

“... decidi embarcar nos navios portugueses⁴⁶ que estavam de partida para a viagem que todos os anos fazem ao Japão, para que, por aquela via, embora fosse muito longa e dificultosa e de muitos perigos de ladrões japoneses, regressar a Luzon, para o qual o Padre Visitador,⁴⁷ para que eu regressasse, o mais cedo possível, com os despachos e respostas para que se enviassem a sua Majestade, ordenou aos Padres que estavam no Japão que, de uma parte ou de outra e a qualquer custo, me conseguissem navio e aviassem em breve para a minha jornada. Agradava muito aos de Luzon e de todas estas ilhas, esta ida ao Japão para conhecer os Reis e senhores que estão mais próximos e vizinhos das nossas terras pacíficas, ou, pelo menos, saber de onde saem os inimigos japoneses que quase todos os anos têm o hábito de vir até estas ilhas e provocam muitos danos”.⁴⁸

No âmbito das diferentes propostas de expansão militar até à China e até outros circuitos asiáticos que chegaram à corte, a partir das Filipinas, durante a década dos anos 80 do século XVI, e em face das expectativas que despertou o acesso do rei Filipe II à coroa portuguesa, encontramos alguma referência genérica e formulada, a título pessoal, de conquista do Japão. Assim vemos, por exemplo, a proposta feita no México pelo agostinho Francisco Ortega. Depois da paralisação, na Nova Espanha, da iniciativa de embaixada junto do imperador chinês Wanli, que incluía o também frade agostinho Juan González de Mendoza, Francisco Ortega, pedia, a 18 de Dezembro de 1580, reforços militares para a colónia filipina que

RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

permitiriam iniciar a empresa de expansão territorial e missionária na área asiática, fazendo menção específica ao caso do Japão. Nesta posição belicista, que contrastava com a inicial estratégia da embaixada, pode-se ver a influência ascendente, naquela conjuntura, de Francisco de Sande, recentemente destituído de governador das Filipinas e designado promotor da conquista da China:

“... e para além disto, as ilhas do Japão estão perto das ilhas de Luzon, onde está a cidade de Manila, que é onde reside o Governador e os que estão ao seu serviço naquelas paragens, e para tomar posse delas e para que haja trato e comércio com os naturais daquelas ilhas em nome de Vossa Majestade e o conheçam por seu Rei e Senhor, é necessário que haja muita gente nas Filipinas, especialmente se Vossa Majestade é servido que vão ao Reino do Sião e Patane e a Java maior e menor e ao grande reino da China, depois tudo cai nos domínios de sua Majestade”.⁴⁹

Sem dúvida, as expectativas de expansão filipinas orientavam-se principalmente para o continente chinês. No processo de concretização de diferentes planos de conquista da China, apareceu imediatamente como fundamental, para a viabilidade logística da sua execução, a aliança estratégica com o Japão mediante a utilização de um amplo contingente de mercenários japoneses, no meio das tropas que deviam intervir. Estas propostas partiam do conhecimento adquirido rapidamente pelos Portugueses, da profunda inimizade entre Chineses e Japoneses, traduzida numa larga história de conflitos. Encontramos, em primeiro lugar, a proposta neste sentido formulada pelo reitor do colégio jesuíta de Macau e antigo Superior da missão do Japão, o português Francisco Cabral, numa carta dirigida ao Rei Filipe II, datada de 25 de Junho de 1584, depois do fracasso da intenção da embaixada espanhola junto da corte imperial impulsionada em Macau pelo feitor real das Filipinas, Juan Bautista Román e por Alonso Sánchez. O reitor do Colégio da Companhia de Jesus, em Macau, Francisco Cabral, propõe como componente decisiva da força militar, que devia intervir na China, um contingente de soldados japoneses obtidos através da mediação dos jesuítas do Japão:

“... tem Vossa Majestade o Japão, onde facilmente os padres da Companhia que lá estão poderiam fazer vir dois ou três mil japoneses cristãos,

que são valentíssimos homens, tanto no mar como na terra, pelo facto de continuamente estarem envolvidos numa ou noutra guerra, e estes com soldo de um escudo e meio ou dois cada mês gostarão muito de vir servir Vossa Majestade nesta empresa, e mesmo por menos soldo, com a esperança dos saques”.⁵⁰

Também formularia, poucos meses mais tarde, propostas neste sentido, o feitor real das Filipinas, Juan Bautista Román, na relação descritiva da China, que escrevera em Macau em Setembro de 1584:

“Podem-se arranjar no Japão, por meio dos Padres da Companhia, seis ou sete mil infantes, gente cristã e belicosíssima, temida dos chineses como a morte”.⁵¹

As propostas logísticas e estratégicas sobre a conquista da China, formuladas em 1584 por Juan Bautista Román, seriam recebidas de forma praticamente literal na proposta de conquista da China contida no “Memorial Geral de todos os estados das Filipinas”, de 1586, que defendeu na corte espanhola o jesuíta Alonso Sánchez, na qualidade de procurador das Filipinas.

Em meados da década de 80 do século XVI, os barcos japoneses aumentaram a sua presença comercial nos portos filipinos com o objectivo de acabar com o monopólio português no tráfico de mercadorias procedentes da China, especialmente seda e jarras de porcelana.⁵² Os *daimyos* japoneses viam na aliança mercantil com os Espanhóis uma alternativa à exclusividade da presença portuguesa no Japão. Neste contexto se enquadra a oferta que fez aos membros de um navio espanhol arrastado pelas tormentas para as costas japonesas⁵³ o *daimyo* de Hirado, em 1584, de outorgar uma feitoria, nos seus territórios, aos Espanhóis das Filipinas.⁵⁴ O clima de desconfiança que os Japoneses tinham gerado nas Filipinas por causa dos ataques periódicos de corsários às costas de Cagayán fizeram gorar esta possibilidade.⁵⁵

O Japão encontrava-se, naquele período, imerso num processo de fortalecimento das estruturas estatais e de forte centralização do poder nas mãos do governo imperial liderado por Hideyoshi Toyotomi, que mobilizou as dispersas e contraditórias forças dos *daimyos* locais numa empresa de expansão territorial que teve, como primeiro episódio, a tentativa fracassada de conquista da Coreia, em 1593, concebida como ensaio de um plano ambicioso de conquista da China.

⁵⁶ Neste contexto, no ano de 1586, deu-se a chegada às

IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA



Baía de Manila, cerca de 1600.

costas filipinas de um grupo de mercadores e representantes de *daimyos* japoneses, entre os quais o *daimyo* cristianizado Konishi Yukinaga que, desde Hirado, chegou a Manila, oferecendo um contingente de 6.000 homens para colaborar na invasão das ilhas Molucas, Bornéu ou China.⁵⁷ O presidente da Audiência das Filipinas, Santiago de Vera, conta esta visita numa carta a Filipe II, datada de 26 de Junho de 1587:

“... o dito Rei de Firando e outro rei cristão, seu amigo chamado Don Agustín, enviariam toda a gente e soldados que lhes pedissem bem armados e a pouca distância, fosse para Bruney, Siam ou Maluco ou para a grande China, de quem eles são inimigos”.⁵⁸

Esta visita a Manila de um emissário do *daimyo* de Hirado, Konishi Yukinaga,⁵⁹ que seria tomada em consideração pelo presidente da Audiência, Santiago de Vera, como favorável a futuras iniciativas, mas que não chegou a concretizar-se, abria um período de intensas e complexas relações diplomáticas entre as Filipinas e o Japão durante os anos seguintes. Apesar do sentido diplomático que tomavam as relações

filipino-nipónicas, não desapareceriam de todo as incursões periódicas de corsários japoneses nas costas de Luzon, como, por exemplo, a expedição de saque de piratas japoneses, ocorrida a 3 de Maio de 1592, na costa de Ilocos.

A poucos anos desta primeira embaixada japonesa, alguns dos *daimyos* leais a Hideyoshi impulsionaram uma iniciativa de conquista japonesa das Filipinas. Dois mercadores Sakai, Harada Kiuyemon e Harada Magoshichiro,⁶⁰ através da mediação de Hasegawa, um militar próximo de Hideyoshi Toyotomi, tentaram persuadir o mandatário japonês da possibilidade de conquistar as Filipinas com umas escassas centenas de homens. Hideyoshi tomou em consideração o plano, mas atrasou a sua realização, já que estava naquele momento envolvido na preparação da conquista da Coreia, para a qual devia reservar todos os seus efectivos. Só acedeu, naquele momento, em enviar, em finais de Maio de 1592, um emissário a Manila para pedir aos colonizadores espanhóis a submissão ao Japão, através de uma embaixada que selaria esta relação de dependência e

RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

vassalagem.⁶¹ O encarregado de levar a cabo esta delicada missão diplomática foi o dominicano Juan Cobo.⁶² De volta a Manila, depois de ter cumprido com relativo êxito o que tinha sido planeado no Japão sobre a embaixada junto de Hideyoshi Toyotomi, Juan Cobo naufragou na perigosa passagem do estreito da Formosa, ali morrendo às mãos das tribos da costa de Taiwan, quando regressava de realizar a primeira embaixada castelhana ao Japão.⁶³

Poucos meses depois, uma segunda embaixada

Os daimyos japoneses viam na aliança mercantil com os Espanhóis uma alternativa à exclusividade da presença portuguesa no Japão.

japonesa, enviada por um dos *daimyos*, Harada, chegou às Filipinas com um tom aparentemente mais conciliador e amistoso que a anterior, oferecendo a oportunidade a frades, especialmente franciscanos, de se estabelecerem no Japão, rompendo assim com o monopólio missionário jesuíta.⁶⁴ Nesta segunda missão diplomática japonesa a Manila encontrava-se um japonês cristianizado, de nome Antonio López, que, contradizendo a versão oficial dos embaixadores, advertiu as autoridades filipinas da existência de novos planos japoneses de conquista das Filipinas.⁶⁵ O conhecimento destes planos intimidativos forçou o governador das Filipinas, Gómez Pérez Dasmariñas, a enviar uma segunda embaixada ao Japão, liderada pelo franciscano Frei Pedro Bautista, que foi recebido por Hideyoshi Toyotomi. O ditador japonês prometeu aos franciscanos a possibilidade de se estabelecerem no Japão, apesar de ter proibido, em 1587, a pregação do Cristianismo.⁶⁶

Mesmo assim, entrou-se numa fase de relações normais entre o Japão e a colónia espanhola das Filipinas, com a presença de comerciantes e pregadores franciscanos, destinadas a romper as prerrogativas monopolistas portuguesas, permitindo a concorrência de preços, etc. A documentação castelhana do período aponta para um tom geral ameaçador no proceder de Hideyoshi Toyotomi, que culminaria na crucificação

de trinta e seis cristãos: japoneses cristianizados, franciscanos e jesuítas, no ano de 1597. Depois da morte de Hideyoshi Toyotomi, em 1598, diminuiu a pressão sobre as Filipinas e dissipou-se a percepção de uma sempre latente ameaça de conquista japonesa das ilhas.⁶⁷

EM JEITO DE CONCLUSÃO

Durante as primeiras décadas da colonização espanhola das ilhas Filipinas, o arquipélago era concebido, de uma maneira geral, por conquistadores e missionários, como uma plataforma insular de expansão até aos diversos limites da Ásia Oriental. Já na *Relação* que escrevera sobre as ilhas Filipinas, em 1569, Miguel López de Legazpi destacava, como argumento confirmador da importância das Filipinas, o papel estratégico do arquipélago pela sua proximidade em relação ao Japão, China, Java, Bornéu, Molucas e Nova Guiné.⁶⁸ As instruções reais promulgadas, em 1564, pela Audiência da Nova Espanha, que enquadraram a conquista, só excluía como possíveis futuras expansões na zona asiática as ilhas Molucas, que se consideravam um limite reservado aos Portugueses. Na correspondência real com os diversos governadores filipinos e nas diferentes resoluções adoptadas na corte apareceria reiterada esta única limitação à expansão asiática, à qual se adicionariam as proibições às iniciativas de carácter bélico respeitantes à China, afastadas pelo seu carácter inviável e fantasioso, assim como por entrarem em contradição directa com os interesses do sistema colonial português que, desde 1581, tinha caído na esfera de controlo do Rei Filipe, depois do seu acesso à coroa lusitana.⁶⁹

O carácter estratégico das Filipinas na zona asiática seria, assim mesmo, apresentado na corte espanhola, no ano de 1588, pelo procurador das Juntas Gerais de todos os Estados das ilhas Filipinas, o jesuíta Alonso Sánchez, como um dos motivos principais que justificavam, por si mesmos, a presença espanhola nas Filipinas, depois da sua contestação no Conselho das Índias, por força das pressões exercidas pelos comerciantes sevilhanos e depois da constatação do gravoso custo económico que a manutenção desta colonização representava para os cofres da coroa. Na *Relação sobre a qualidade e estado destas ilhas em geral* que o jesuíta Alonso Sánchez apresentou à corte como complemento da factura própria dos Memoriais

IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

redigidos e acordados na Junta Geral de todos os Estados das ilhas Filipinas, de 1586, situavam-se as Filipinas numa privilegiada posição central na zona asiática oriental. A sua conservação tinha de permitir, por um lado, assegurar a continuidade da cristandade no Japão, no caso de uma queda dos estreitos de Malaca na esfera dos sultanatos muçulmanos de Achém ou no caso de Macau voltar para a administração chinesa. Para além de gozar desta posição central privilegiada para a conservação do que já tinha sido conquistado pelos Portugueses, Alonso Sánchez concluía que, para além disso, as Filipinas eram o trampolim indispensável a partir do qual era possível empreender uma expansão essencial na Ásia Oriental, da cristandade ibérica, destacando, em primeiro lugar, o objectivo da “grande China”:

“... se na grande China, Cochinchina, Champá, Camboja, Sião e Patane, Java e outras terras firmes e ilhas se deve fazer alguma coisa, quer através de pregação, quer pelo caminho que Deus ordenar, os que ali o entendem têm por certo ser pelas Filipinas, de maneira que V. M. há-de considerar que pôs Deus ali aquele grão no meio de um campo tão grande e deserto para se multiplicar, se naquelas terras algo se houver de multiplicar, e que as Filipinas em todos aqueles tão isolados e tão amplos mundos são como uma fortaleza e presídio que Deus proporcionou para todos eles...”⁷⁰

Apesar da manutenção deste tipo de argumentos expansionistas, diversos factores travaram a projecção territorial dos Espanhóis na Ásia Oriental. As iniciais expectativas expansionistas dos conquistadores espanhóis na Ásia Oriental (planos ou intenções de conquista da

China, Molucas, Bornéu...) derivaram de uma estagnação defensiva no circuito filipino, devido a diversos factores em concorrência com a resistência institucional chinesa ao estabelecimento de relações com os Espanhóis no continente, a evolução interna de abertura da política comercial e marítima do império chinês e a problemática demográfica e económica do Fujian, no processo migratório e mercantil que abria os canais do Galeão de Manila, a resistência dos sultanatos muçulmanos em abandonar as Molucas e Mindanao, a dinâmica centralizadora e imperialista do Japão, que se converteu numa ameaça para as Filipinas, assim como o travão que representou a implantação prévia portuguesa na Ásia Oriental que convertia esta zona numa fronteira entre dois sistemas imperiais, fronteira especialmente sensível após a união dinástica luso-castelhana de 1581, com o acesso do Rei Filipe à coroa portuguesa, que implicava a separação e respeito das fronteiras imperiais anteriores à União Ibérica.

A data de 1593 vem, de certa forma, encerrar um ciclo. A morte do governador das Filipinas às mãos dos remadores chineses, na embarcação que o conduz até às ilhas Molucas, é todo um símbolo: prefigura as recorrentes e dramáticas tensões entre Espanhóis e Chineses, em Manila, ao longo do século XVII, sintetiza o fracasso das diversas tentativas expansionistas na zona. Não quer dizer que os Espanhóis abandonassem, depois desta data, o seu interesse no domínio da região: as tentativas respeitantes ao Camboja, as novas acções nas Molucas, o efémero enclave do Pinhal na costa chinesa, próximo do Macau português, em finais do século XVI, o estabelecimento no norte de Taiwan, serão sucessivos aspectos de uma mesma ambição expansionista frustrada. **RC**

NOTAS

- 1 Fragmento do texto de uma conferência apresentada no Simpósio *Historia de Filipinas e la proyección española en el Asia Oriental*, realizado na Universitat Pompeu Fabra de Barcelona em 19 de Março de 1996 e reproduzido no primeiro volume da revista *Illes i Imperis* (Lombard 1998, pp. 11-20).
- 2 Alvarez Taladriz, 1979, p. 3.
- 3 As rotas comerciais que ligavam a costa chinesa com os diferentes pontos do Extremo Oriente e do Sudeste Asiático ajustavam-se aos ritmos sazonais das monções estivais do sudoeste e das monções invernais do nordeste (Chang Pin-Tsun 1995, pp. 102-103). Os comerciantes, piratas ou emigrantes chineses de Fujian que se dirigiam a Luzon, Boenéu, Java ou Sumatra navegavam com as monções do nordeste que se tornavam mais agrestes entre Novembro e Fevereiro, enquanto que na rota de retorno, que seguiam também os comerciantes procedentes do Sudeste Asiático, navegavam com

Tradução de A. Dias

- o impulso das monções do sudoeste, que chegam às costas chinesas até finais da Primavera e do Verão. (Purcell 1951, p. 24).
- 4 Archivo General de Indias, Sevilla, AGI, Patronato, 23, 16, reproduzido em Hidalgo Nuchera, 1995, p. 33, Rodríguez, 1965, XIII, doc. 26, pp. 406-510, Fernández de Navarrete, 1946, XVII, doc. 5; AGI Patronato 24, 17, reproduzido em Hidalgo Nuchera, 1995, pp. 145-149, Fernández de Navarrete, 1946, XVII, p. 37; AGI Patronato 24, 23, reproduzido em Hidalgo Nuchera, 1995, p. 271, Rodríguez 1965, XIV, doc. 48, pp. 117-131, Fernández de Navarrete, 1946, XVII, doc. 44; AGI, Patronato 24, 22, reproduzido em Hidalgo Nuchera, 1995, pp. 308-309, Pastells, 1925-1936, I, CCVCV-CCCVI e CCCI; AGI Patronato, 24, 1, 12; reproduzido em Pastells, 1925-1936, I, CCXCIV.
- 5 Costa, 1950, p. 314.
- 6 Phelan, 1967, p. 10.

RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

- 7 Wicki, 1948-1988, VII, p. 158 e AGI Patronato, 23, 16, reproduzido em Rodríguez, 1965, XIII, doc. 26, Fernández de Navarrete, 1946, XVII, doc. 5, Hidalgo Nuchera, 1995, pp. 145-149.
- 8 Ptak, 1992, p. 39.
- 9 Benjui, *Styrax tonkinensis*.
- 10 AGI Patronato, 23, 16, reproduzido em Rodríguez, 1965, XIII, doc. 26, Fernández de Navarrete, 1946, XVII, doc. 5, Hidalgo Nuchera, 1995, pp. 145-149.
- 11 Teixeira, 1970, p. 25.
- 12 Barco.
- 13 Gonçalo Pereira Marramaque.
- 14 As ilhas de Ternate, Tidore, Makian, Motir, Batjan.
- 15 “de Legazpi”, Miguel Lopez...
- 16 Refere-se às terras de demarcação portuguesa na zona da Ásia Oriental, fixadas no Tratado de Saragoça de 1529, onde, com a cedência castelhana de terras a Portugal a troco de uma quantia em dinheiro, se encerraram, numa primeira fase, as disputas cosmográficas acerca das sucessivas e diversas interpretações do antimeridiano de Tordesilhas, surgidas da impossibilidade de prever a sua fixação, no momento da doação papal de Alexandre VI, pela qual as novas terras a descobrir e cristianizar eram repartidas entre Castelhanos e Lusitanos, momento no qual a zona das especiarias e das Filipinas eram praticamente desconhecidas e puramente matéria lendária.
- 17 O protesto formal e o intento de expulsar da zona os Castelhanos por parte do Governador-geral das ilhas Molucas, Gonçalo Pereira, processaram-se com alguma demora em relação ao momento em que foi escrita esta carta. No dia 17 de Setembro de 1568, uma esquadra lusitana estacionou em atitude de provocação militar diante das forças castelhanas na ilha de Cebu. Depois de quatro requerimentos sucessivos (nos dias 14, 19, 20 e 28 de Outubro de 1568) advertindo os Castelhanos para abandonarem o arquipélago, ameaçando, em caso contrário, com um ataque militar em toda a linha, Miguel López de Legazpi cedeu finalmente às exigências de Gonçalo Pereira, embora, pelo que se viu posteriormente, o tenha feito apenas tacticamente, sem cumprir depois a sua palavra. (Hidalgo Nuchera, 1995, p. 38).
- 18 A distância é ajustada à realidade se se considerar a légua como unidade equivalente a 6 quilómetros.
- 19 Refere-se a Luis de Velasco.
- 20 Wicki, 1948-1988, VII, p. 158.
- 21 Blair & Robertson, 1973, III, 272.
- 22 Existem referências bibliográficas a diversos documentos relativos às campanhas militares empreendidas por Francisco de Sande, no Bornéu, em Guillen Tato, 1971, 357-361.
- 23 Encontramos testemunhos documentais sobre estas campanhas do Bornéu em San Agustín, 1975, pp. 357-362.
- 24 Blair & Robertson, 1973, IV, pp. 125-126.
- 25 Jacobs, 1974, pp. 3-7.
- 26 AGI Filipinas 84, 1, 33.
- 27 Molina, 1984, p. 79.
- 28 Também designado como Morones ou Morenes.
- 29 Argensola, 1992, pp. 287-300 e Colin-Pastells, 1904, II, pp. 347-354.
- 30 Jacobs, 1974, pp. 7-8.
- 31 Os piratas sino-japoneses eram designados pelos chineses como *wokou*, pronunciado *wako* em japonês. Numa tradução literal a expressão significa “ladrões eunucos”. (Rockstein, 1973, pp. 15-16).
- 32 Rockstein, 1973, p. 18 e Chang Pin-tsun, 1983, p. 4.
- 33 Chang Pin-tsun, 1983, pp. 78-79.
- 34 Blusse, 1987, pp. 97-155 e Subrahmanyam, 1993, p. 24.
- 35 Este crescimento acelerado da emigração conduzirá às tentativas de limitação e expulsão dos *sangleys* de Manila, no ano de 1596, documentadas na carta a Filipe II de António de Morga, datada de 6 de Julho de 1596 (Blair & Robertson, 1973, IX, p. 266) e que culminariam na revolta da colónia chinesa de Manila e posterior repressão sangrenta de 1603.
- 36 A interpretação do termo parece referir-se à expressão chinesa *shanglai*, “os vindos para comerciar” ou então ao termo *sengli*, que significa “comércio” no dialecto *minnanhua*. Também se colocou a possibilidade da etimologia do termo derivar da expressão chinesa *changlai*, que quer dizer, “os que vêm com frequência” (Ch'en Ching-Ho, 1968, pp. 36-37 e Schurtz, 1939, pp. 93-94. O Governador das Filipinas, Francisco de Sande, dá, numa carta datada de 7 de Junho de 1576, uma interpretação plausível e actual: “...por todas estas ilhas chamam-nos *sangleys*, que é um nome que significa ‘gente que vai e vem’, pelo costume que têm de ir e vir todos os anos a estas ilhas para negociar.” AGI Filipinas 6 (Rodríguez, 1965, XIV, p. 407).
- 37 Boxer, 1985, III, pp. 118-132.
- 38 Membros da nobreza local japonesa que, durante o período do mandato no Japão de Hideyoshi (1582-1591), detinham uma parcela importante de poder político, económico e militar nas suas áreas de influência, mas que justamente naquele período se viam pressionados fiscalmente e limitados politicamente para contribuir para o processo de unificação de um poder centralizado que então se delineava (Cooper, 1994, p. 241).
- 39 Naohiro, 1991, pp. 40-53.
- 40 Pode-se consultar, sobre o assunto, documentação de Juan Bautista Gessio no Arquivo da Real Academia da História (Madrid), Colección Muñoz, legajo 9-4803, fólíes 8-31.
- 41 AGI Patronato 24, 22, (Pastells & Torres Lanzas, 1925-1936, I, CCVCV-CCVCVI e CCCI).
- 42 Ordem religiosa fundada por S. Caetano. Era frequente durante o século XVI que, por confusão, o termo fosse aplicado aos membros da Companhia de Jesus.
- 43 Hidalgo Nuchera, 1995, pp. 276-277.
- 44 Cabezas, 1994, pp. 178-180.
- 45 AGI Patronato 25. Veja-se também a carta do governador González Dasmariñas de 16 de Junho de 1582 em (Blair & Robertson, 1973, V, p. 27). Também é de grande interesse para esta questão a carta que teria escrito o feitor real Juan Bautista Román, ao Vice-rei da Nova Espanha, a 25 de Junho de 1582 (AGI Patronato 25, 29, 3, 62).
- 46 Alonso Sánchez embarcou para o Japão a 6 ou 10 de Julho de 1582 – diversas fontes divergem neste ponto – (Ricci, 1942, I, p. 214, n. 5) num grande junco do comerciante Bartolomeu Vaz Landeiro que tinha por capitão André Feio e no qual viajavam também os jesuítas da missão do Japão, Pedro Gómez, Álvaro Dias, Cristóvão Moreira e Francisco Pires. Após dez dias de navegação, um forte temporal provocou o naufrágio do barco em que viajavam, ficando encalhado e semi-destruído junto de uma praia de Taiwan. Francisco Pires escreveu um relato detalhado das circunstâncias do naufrágio, em frente à costa de Taiwan, nas suas memórias sobre a sua actividade missionária na Ásia Oriental que intitulou *Memoriae historicae* e com o subtítulo em português de *Pontos do que me lembrar* (Schutte, 1975, I, pp. 387-393).
- 47 Alessandro Valignano.
- 48 AGI Filipinas 79, 2, 15.
- 49 AGI Filipinas 84, 1, 33.
- 50 AGI Patronato 25, 21 (Bourdon, 1960, pp. 117-121).
- 51 Arquivo da Real Academia da História (Madrid) Colección Juan Baptista Muñoz. 9-4797, volumes 18, fólíes 249-258.
- 52 Encontram-se diversos testemunhos desta actividade mercantil japonesa nas Filipinas, nas últimas décadas do século, em diferentes relatos do presidente da Audiência das Filipinas, Antonio de Morga (Blair & Robertson, 1973, X, p. 84 e XVI, pp. 183-184).
- 53 Trata-se de um barco do português de Macau, Bartolomeu Vaz Landeiro, comandado pelo capitão Vicente Landeiro e tripulado, entre outros, por alguns frades menores castelhanos, que foi desviado pelos fortes ventos e que acabou por chegar ao porto de Hirado, na costa japonesa, a 4 de Agosto de 1584.
- 54 Encontramos informação relativa a este episódio na carta do

IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

- franciscano Juan de Plasencia, de 18 de Junho de 1585 (AGI Filipinas, 84, 2, 67) e na carta do presidente da Audiência de Manila, Santiago de Vera, datada de 20 de Junho de 1585 (AGI Filipinas, 18, 2, 30).
- 55 Ausejo, 1972, p. 420.
- 56 Naohiro, 1991, pp. 40-53.
- 57 Boxer, 1993, p. 259.
- 58 AGI Filipinas 34.
- 59 Nas fontes espanholas é referido como o rei de “Firando” ou de “Ficando”.
- 60 Conhecidos como “Faranda”, nos documentos espanhóis do século XVI.
- 61 Gil, 1991, pp. 36-42.
- 62 No âmbito da acção missionária inseparável da acção colonial espanhola, os frades dominicanos recém-chegados a Manila, no ano de 1588, receberam do primeiro bispo de Manila, Domingo de Salazar, o encargo de se ocuparem da evangelização dos *sangleys* do *Parián*. Juan Cobo ocupou-se desta infrutuosa tarefa durante cerca de quatro anos, durante os quais se dedicou intensamente ao estudo do chinês. Ligada a este processo de aprendizagem do chinês e de intensa imersão no mundo da imigração procedente da província chinesa de Fujian, em Manila produziu-se a tradução da colecção de máximas, sentenças e aforismos que Juan Cobo intitulou *Beng Sim Po Cam, Espejo rico del buen corazón*. Trata-se da primeira tradução conhecida numa língua ocidental de um livro chinês. O título original chinês é *Mingxinbaojian* (Cobo, 1997).
- 63 Gil, 1991, pp. 43-48.
- 64 Existe uma tradução castelhana realizada em Manila, no século XVI, dos seus *Memoriais* apresentados ao governador das Filipinas, em AGI Filipinas 6, 7, 107 e AGI Patronato 25, 50 (Gil, 1991, pp. 49-50).
- 65 AGI Filipinas 85.
- 66 AGI Filipinas 6, 8, 114 (Gil, 1991, pp. 56-57 e Pastells & Torres Lanzas, 1925, III, CCCXXIX-XXV).
- 67 Ausejo, 1972, pp. 422-427 e Boxer, 1993, pp. 164-166.
- 68 Blair & Robertson, 1973, III, pp. 58-59.
- 69 Ausejo, 1972, pp. 398-399.
- 70 Colín-Pastells, 1904, II, p. 371.

BIBLIOGRAFIA

- Alvarez Taladriz, José Luís – “Notas para la historia de la entrada en Japón de los franciscanos.” *España en Extremo Oriente: Filipinas, China, Japón, presencia franciscana, 1578-1978*. Ed. de Víctor Sanchez Gil. Madrid: Publicaciones Archivo ibero-americano. Editorial Cisneros, 1979. 3-32.
- Argensola, Bartolomé Leonardo de – *Conquista de las Islas Malucas*. Ed. de Alonso Martín. Madrid: Editorial Miraguano, 1992.
- Ausejo, Luz. U. – *The Philippines in the sixteenth century*. University of Chicago, 1972.
- Blair, Emma Helen; James Alexander Robertson – *The Philippine islands, 1493-1898*. Rizal: Cachos Hermanos, Mandaluyong, 1973.
- Blussé, Hohan Leonard – *Strange Company. Chinese Settlers, Mestizo Women and the Dutch in VOC Batavia*. Amsterdam, 1987.
- Bourdon, Leon – “Un projet d’invasion de la Chine par Canton à la fin du XVI siècle.” *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*. Lisboa, 1960. 97-121. Vol. I.
- Boxer, Charles Ralph – *Portuguese conquest and commerce in Southern Asia, 1500-1750*. Hampshire: Variorum, Gower Publishing House, 1985.
- *The Christian Century in Japan (1549-1650)*. Manchester: Carcanet Press, 1993.
- Cabezas, Antonio Boxer, Charles Ralph – *El siglo Ibérico de Japón. La presencia Hispano-portuguesa en Japón (1543-1643)*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1994.
- Casparis-Mabbet – “Religion and Popular Beliefs of Southeast Asia Before c.1500.” *The Cambridge History of Southeast Asia*. Ed. Nicholas Tarling. Cambridge: Cambridge University Press, Vol. 1, 1992, pp. 276-334..
- CDIU – *Colección de documentos inéditos relativos al descubrimiento, conquista y organización de las antiguas posesiones de Ultramar*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1886-1932.
- Ch'en Ching-Ho – *The Chinese Community in the sixteenth century Philippines*. Tokyo: The Centre for East Asian Cultural Studies, 1968.
- Chang Pin-tsun – *Chinese Maritime Trade: The case of Sixteenth-Century Fu-chien (Fukien)*. Princeton: UMI Dissertation Services, 1983.
- “The First Chinese Diaspora in Southeast Asia in the Fifteenth Century.” *The Global Opportunity*. Ed. de Felipe Fernández Arnedo. Aldershot: Variorum, 1995.
- Chang T'ien-tse – *Sino-Portuguese Trade from 1514 to 1644. A synthesis of Portuguese and Chinese sources*. Leiden, 1934.
- Cobo, Juan – *Rico espejo del buen corazón (Beng Sim Po Cam). El Mingxin Baojian de Fan Liben traducido por Juan Cobo hacia 1590, en edición de Manel Ollé*. Barcelona: Ediciones Península, 1997.
- Colín, Francisco – *Labor Evangélica de la Compañía de Jesús en las Islas Filipinas por el P. Francisco Colín de la misma Compañía*. Ed. de Pablo Pastells. Barcelona: Compañía General de Tabacos de Filipinas, 1904.
- Cooper, Michael – *Rodrigues the interpreter. An early jesuit in Japan and China*. New York: Wearherhill, 1994.
- Costa, Horacio de la – “Church and state in the Philippines during the administration of Bishop Salazar, 1581-1594.” *The Hispanic American Historical Review* XXX (1950): 314-335.
- Fernández de Navarrete – *Colección de Documentos y Manuscritos compilados por F. de Navarrete*. Madrid: Museo Naval, 1946.
- Fok Kai Cheong – “The Macau Formula at Work.” *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês*. Ed. de António Vasconcelos de Saldanha e Jorge Manuel Santos Alves. Lisboa: Instituto Português do Oriente, 1996, pp. 219-234.
- Gil, Juan – *Hidalgos y samurais. España y Japón en los siglos XVI y XVII*. Madrid: Alianza Editorial, 1991.
- Guillen Tato, Julio F. – *Índice de la colección de documentos de Fernández de Navarrete que posee el Museo Naval*. Nendeln, Liechtenstein: Kraus-Thompson Organization Limited, 1971.
- Hall, Kenneth R. – *Maritime Trade and State Development in Early Southeast Asia*. Honolulu: University of Hawaii Press, 1985.

RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

- Hidalgo Nuchera, Patricio – *Los primeros de Filipinas*. Madrid: Miraguano Ediciones – Ediciones Polifemo, 1995.
- Jacobs, Hubert – *Documenta Malucensia*. Roma: Jesuit Historical Institut, 1980.
- Lombard, Denys – “L’Eurasie a la veille du ‘moment’ iberique.” *Illes i Imperis. Estudis d’història de les societats en el món colonial i post-colonial* n.º 1, pp. 11-20. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1998.
- Molina, Antonio M. – *Historia de las Filipinas*. Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica, 1984.
- Naohiro, Asao – “The sixteenth-century unification.” *The Cambridge History of Japan*. Ed. John Whitney Hall. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, Vol. 4, pp. 40-95.
- Pastells, Pablo, Torres y Lanzas y Navas Del Valle – *Historia General de Filipinas. Catalogo de los documentos relativos a las islas filipinas existentes en el Archivo de Indias de Sevilla*. Barcelona, 1925-1936. 9 vols.
- Phelan, John Leddy – *The Hispanization of the Philippines. Spanish aims and Filipino Responses 1565-1700*. Madison, Milwaukee: The University of Wisconsin Press, 1967.
- Ptak, Roderich – “The Northern Trade Route to the Spice Islands: South China Sea – Sulu Zone – North Moluccas, (14th to early 16th century).” *Archipel* 43 (1992): 27-56.
- “Sino-Japanese maritime Trade, circa 1550: Merchants, Ports, and Networks.” *O Século Cristão do Japão*. Lisboa, 1994, pp. 281-311.
- Purcell, Victor – *The Chinese in Southeast Asia*. London: Oxford University Press, 1951.
- Reid, Anthony, ed. – *Southeast Asia in the Early Modern Era. Trade, Power and Relief*. Ithaca: Cornell University Press, 1993.
- Retana, W. E. – *Archivo del Bibliófilo Filipino: recopilación de documentos históricos, científicos, literarios y políticos y estudios bibliográficos*. 5 vols. Madrid: Imprenta de la viuda de Minuesa de los Ríos, 1897.
- Ricci, Matteo – *Storia dell’Introduzione dell Cristianesimo in Cina*. Ed. de Pasquale d’Elia, Vol. 1. Roma: La Libreria dello Stato, 1942.
- Rockstein, Edward D. – “Maritime Trade and Japanese Pirates: Chinese and Korean Responses in Ming Times.” *Asian Pacific Quarterly of Cultural and Social Affairs*, 5.2 (1973).
- Rodríguez, Isacio – *Historia de la provincia agustiniana del Santísimo Nombre de Jesús de Filipinas*. Manila: Ediciones Estudio Agustiniiano, 1965-.
- San Agustín, Fr. Gaspar de – *Conquistas de las islas Philipinas: la temporal por las armas del Señor Don Phelipe Segundo El Prudente; y la espiritual, por los religiosos del Orden de San Agustín*. Ed. de Manuel Merino. Madrid: Imprensa de Manuel Ruiz de Murga, Madrid, CSIC, 1975.
- Schurtz, William Lythe – *El galeón de Manila*. Trad. de Pedro Ortiz Armengol. Ed. de Leoncio Cabrera. Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica, 1939.
- Schutte, Josep Franz – *Monumenta Historica Japoniae*. Vol. I. Roma, 1975.
- Subrahmanyam, Sanjay – *The Portuguese Empire in Asia 1500-1700*. Londres: Longman, 1993.
- Teixeira, Manuel – *D. Melchior Carneiro. Fundador da Sta. Casa da Misericórdia de Macau*. Macau: Tipografia da Missão do Padroado, 1970.
- Wicki, Josef (ed.) – *Documenta Indica*. Roma: Institutum Historicum S. J., 1948-1988. 18 vols.